

RECEPÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NO CENÁRIO ALAGOANO

Jânio Nunes dos Santos¹

Adriana Cavalcanti dos Santos²

Nádson Araújo dos Santos³

Eixo temático: 1. Alfabetização e políticas públicas

Resumo: Este trabalho é um recorte da Pesquisa Nacional Alfabetização em Rede (2020). Nesse recorte, definiu-se por objetivo compreender como tem ocorrido a recepção da Política Nacional de Alfabetização (PNA) por parte dos professores alfabetizadores que atuam no 1º ano do ensino fundamental, no Estado de Alagoas. Embora reconheçamos a PNA como uma política de direita que desconsidera os estudos sobre letramento, os dados revelaram que, mesmo os professores alagoanos possuindo experiências profissionais significativas na alfabetização e tendo entrado em contato com a teoria do letramento e da alfabetização na perspectiva do Alfaetrar (SOARES, 2020) em programas governamentais de professores alfabetizadores anteriores à PNA, concordam com o trabalho preparatório para a alfabetização nos moldes apresentados pela PNA, recebendo-a de maneira positiva.

Palavras-chaves: Política Nacional de Alfabetização. Recepção. Professores alfabetizadores

Introdução

A instituição da Política Nacional de Alfabetização, doravante PNA, em 2019, vem gerando diversos debates em todo o Brasil por pesquisadores que têm se manifestado contrários às propostas nela defendida, as quais buscam silenciar as vozes resistentes ao

¹Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Professor da Educação Básica do Estado de Alagoas e do Município de Arapiraca - AL. Contato: jnio.nunes@gmail.com

²Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas. Contato: adricavalcanti@hotmail.com

³ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL). Professor do Ensino Superior (DIREAD/IFAL). Contato: nadson.araujo@gmail.com

projeto neoliberal na economia e conservador nos costumes.

No movimento de debates nacionais, manifestações e produções acadêmicas em embates às concepções e encaminhamentos da referida política, emerge o Coletivo Alfabetização em Rede, um grupo de trabalho que reúne pesquisadores das cinco regiões do Brasil, com interesse em pesquisar a recepção e (re)significação da PNA pelos docentes que atuam nas redes públicas de ensino. O Coletivo Alfabetização em Rede assume a posição de que a PNA rompe com o que se vinha construindo e sendo realizado no campo da alfabetização e da formação de professores alfabetizadores, no que diz respeito às concepções de ensino e aprendizagem da língua escrita, bem como acerca dos conceitos/processos de alfabetização e letramento.

A partir da coleta de dados em nível nacional, o Coletivo publicou, em dezembro de 2020, o relatório parcial intitulado “ALFABETIZAÇÃO EM REDE: uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia covid-19 - relatório técnico (parcial) (EM REDE A., 2020)” que objetivou publicizar os primeiros resultados da pesquisa. Porém, este trabalho objetiva discutir o foco “recepção da PNA”, fazendo o recorte dos dados referentes ao Estado de Alagoas. Busca-se compreender como os professores alfabetizadores que lecionam em turmas de 1º ano do ensino fundamental receberam a PNA.

O presente artigo organiza-se em quatro seções. Na primeira, discutimos a relação entre ideologia e a proposição de políticas educacionais. Na segunda seção, seguimos o percurso discursivo acerca da implementação da PNA no contexto da prática. Na terceira, apresentamos a metodologia adotada. Na quarta, fazemos a análise do *corpus* a partir das categorias emergentes. Por fim, lançamos mão das considerações finais.

2 Ideologia e Política Educacional

A Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019a) emerge no cenário de instabilidade e incertezas frente à afirmação do (des)Governo do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, eleito pelo povo brasileiro no pleito de 2018. Defendemos os caracterizantes do cenário como instáveis e incertos por considerar a ruptura com as formas de governo que se tinha, sobretudo, desde 2003, os quais defendiam pautas consideradas de esquerda que se assentavam no conceito de justiça social (BALL, 2001), enquanto o referido presidente se elegeu pelo discurso conservador, de proteção à família tradicional, à religião cristã e ao livre mercado, dentre outros pontos considerados de extrema direita e neoliberais.

Diferentemente do que rege as políticas educacionais com vistas à promoção de justiça social (BALL, 2001), a PNA surge reafirmando o caráter ideo(metodo)lógico

(MORTATTI, 2019) de direita, por pensar a alfabetização como um processo tecnicamente direcionado e explícito (o que nunca foi negado pelos pesquisadores brasileiros de outras bandeiras) mas, sobretudo, com limites claros e bem definidos dos processos pós-alfabetização. Não é por acaso, que os defensores da PNA (BRASIL, 2019a) propagam recorrentemente que é preciso, a priori, aprender a ler, para só depois aprender com a leitura. Nesse contexto, o método fônico é posto como a solução/redenção para o analfabetismo e o fracasso escolar das crianças brasileiras.

A ideologia que implanta a PNA via decreto presidencial, em abril de 2019, é a mesma que deixou transparecer o uníssono grito das camadas e movimentos de direita que vinham se afirmando desde 2013⁴, o que valida o silenciamento das múltiplas vozes divergentes e justifica a imposição do Decreto nº 9.765/2019 (BRASIL, 2019b). Não se fez ouvir a sociedade civil, os educadores e alfabetizadores brasileiros, tampouco os pesquisadores e universidades de tradição científica no país para a criação e implementação da PNA enquanto política nacional de alfabetização.

Se pensarmos a PNA pelo caráter dialógico, percebemos a presença marcante das vozes do grupo social/político que a propõe, mas em diálogo com os grupos/teorias que se pretende calar. Afinal, o dialogismo internalizado que perpassa todo dizer, e por extensão a PNA, reforça as vozes silenciadas. Miotelo (2005, p.174) afirma que “a durabilidade da ideologia oficial não é maior que o tempo de duração da ideologia do cotidiano”.

Os signos ideológicos, no contexto de produção da PNA, efetivam-se com o Decreto nº 9.765/2019, no Caderno PNA – Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019a) e, mais recentemente, pelo Relatório Nacional de Alfabetização Baseado em Evidências (Renabe) (BRASIL, 2020a), resultante da Conferência Nacional de Alfabetização Baseadas em Evidências (Conabe)⁵.

Emerge como artifício de persuasão acerca da validade da PNA, o discurso reiterado sobre evidências científicas para a adoção do método fônico com base nas ciências cognitivas da linguagem. Esse artifício apresenta-se bastante explícito no Renabe (BRASIL, 2020a), quando da seção que trata das evidências. No documento, tem-se que: “O termo “evidências” diz respeito a achados que resultam de pesquisas científicas. Uma alfabetização baseada em evidências é aquela que emprega procedimentos e recursos cujos efeitos foram testados e se mostraram eficazes” (BRASIL, 2020a, p. 28).

⁴ Os protestos da Direita emergiram em 2007 defendendo a luta contra o PT e contra a corrupção a partir de um discurso que associa os governos petistas ao mau uso da máquina pública. Porém, é a partir de 2013 que a onda conservadora se avoluma, mobilizando movimentos como Revoltados *On-line*, Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua, entre outros. A esse respeito, ver Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015) e Marquez e Lima (2017).

⁵ Instituída pela Portaria nº 1.460 de agosto de 2019, teve como tema “A Política Nacional de Alfabetização e o estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia” (Art. 1º).

Para além das influências e da produção de políticas, tem-se a implementação que se efetiva no contexto da prática. Esta se inicia com a disseminação da política por instrumentos de formação de professores e produção de materiais que auxiliem o engajamento dos alfabetizadores na recepção da política e, posteriormente, de sua prática pedagógica. É nesse contexto que se depreende como se dar a recepção da política pelos alfabetizadores, a exemplo da PNA.

3 A PNA no Contexto da Prática

No contexto da prática as políticas educacionais se efetivam (ou não), com recontextualizações a partir dos saberes-fazeres dos professores e da formação ideológica deles. É neste contexto que a política fica sujeita a interpretações e recriações que podem resultar transformações significativas na proposta original.

No caso da PNA, as vozes legitimadas para sua implementação no contexto da prática vêm acontecendo desde 2019 através de programas e ações que integram a referida política tais como os programas Tempo de Aprender, Conta pra Mim, Alfabetização Baseada na Ciência (ABC) e, mais recentemente, por meio do aplicativo *GraphoGame* Brasil⁶.

A Portaria N° 280/2019 (BRASIL, 2019c) “Institui o Programa Tempo de Aprender, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do Brasil” (Art. 1°). O programa apresenta quatro eixos organizacionais: I - Formação continuada para profissionais da alfabetização; II- Apoio pedagógico para a alfabetização; III – Aprimoramento das avaliações de alfabetização e; IV – Valorização dos profissionais da alfabetização, por meio da instituição de premiação para professores alfabetizadores (Art. 2°).

O processo de implementação/recepção de uma política educacional de alfabetização como a PNA é cíclico e recontextual. À medida que os professores alfabetizadores se apropriam da proposta, colocam em prática nas salas de alfabetização, acrescentam, suprimem, adaptam, recontextualizam orientações, métodos e direcionamentos (im)postos pela proposta original.

4 Percorso Metodológico

A curiosidade epistemológica em entender como vem ocorrendo a recepção da PNA pelos professores alfabetizadores alagoanos resultou nesta investigação que, como dito,

⁶ Os sujeitos da amostra deste estudo fazem remissão apenas aos Programas Tempo de Aprender e Conta pra Mim, visto que, à época da coleta de dados, o Programa Alfabetização Baseada na Ciência e o Aplicativo *GraphoGame* Brasil ainda não tinham sido lançados.

configura-se num desdobramento da pesquisa nacional Alfabetização em Rede, a qual conta com a participação de pesquisadores de 28 universidades situadas em diversos Estados da Federação. Possui natureza quanti-qualitativa (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013) por articular resultados de um *survey* com os dados produzidos a partir de grupos-focais (GATTI, 2005) com os professores alfabetizadores.

A pesquisa contou, até o momento, com duas fases de coleta de dados: I) por meio de um questionário do *Google Forms* aplicado *on-line* entre junho e setembro de 2020. Esse instrumento continha 34 perguntas distribuídas em dois focos: i. A alfabetização durante a pandemia do Covid-19; ii. A recepção da PNA (BRASIL, 2019a); II) grupos focais de 6 docentes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, realizados entre outubro e dezembro de 2020, considerando os dois focos separadamente.

Porém, analisaremos neste estudo apenas os dados da primeira fase de coleta de dados, a qual obteve 14.730 respondentes em nível nacional, sendo que no território alagoano participaram 2.454 professores. Dos focos arrolados, consideraremos a 'recepção da PNA', sobre o qual os professores responderam a questões relacionadas ao perfil profissional, à formação inicial e continuada, às políticas de alfabetização/documentos oficiais das quais participaram ou têm conhecimento e sobre a PNA.

Dos 2.454 professores participantes do Estado de Alagoas, analisamos as respostas de 144 sujeitos que compõem a amostra deste trabalho. Para isso, utilizamos critérios de inclusão e exclusão conforme os perfis dos professores participantes: ser professor do 1º ano do ensino fundamental; ser professor apenas de turmas de 1º ano, excluindo-se os que também atuam nos demais anos/turmas do ensino fundamental e/ou na educação infantil; não ocupar cargos concomitantes à docência em turmas de 1º ano do ensino fundamental, excluindo-se os que atuam na gestão, coordenação ou supervisão pedagógica; ter acima de 10 anos de magistério, por considerarmos os saberes-fazer importantes para esse estudo.

A técnica de análise e organização dos dados se deu à luz da análise de conteúdo⁷ (BARDIN, 2009), levando-nos a construção de categorias emergentes do *corpus*. Essa técnica constitui-se de algumas etapas para a consecução da análise de conteúdo e a emergência das categorias, organizadas em três fases: i) pré-análise, ii) exploração do material e iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2009). Da análise dos dados emergiram as categorias de análise: saberes-fazer docentes; conhecimento da/sobre a

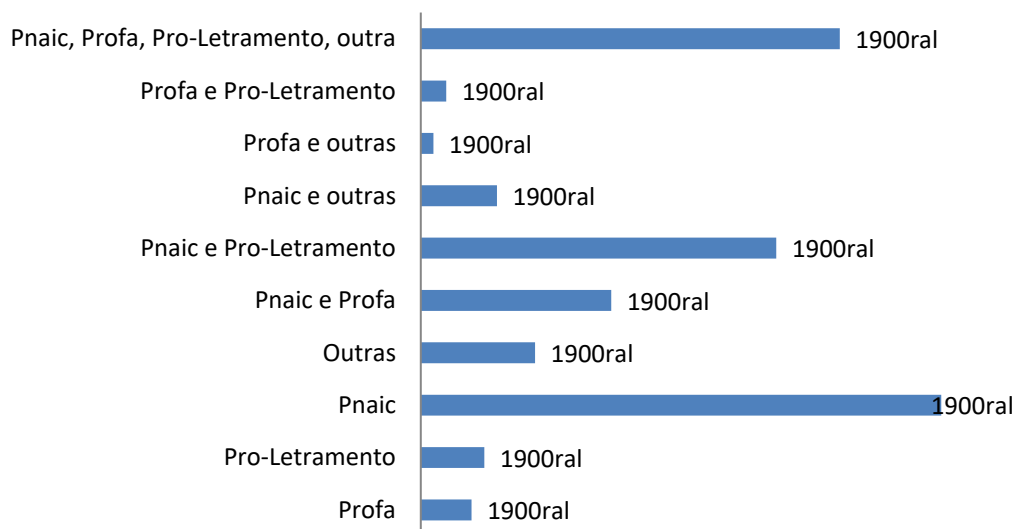
⁷ A utilização desta metodologia se justifica pela adesão ao que propõe a pesquisa nacional, submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) e aprovada pelo Parecer Consubstanciado de Nº 4. 237.062.

PNA e; avaliação da PNA.

5 Tratamento dos Dados, Inferência e Interpretação

Os saberes-fazeres que integram esta categoria de análise dizem respeito àqueles construídos na formação docente, inicial e/ou continuada, bem como aqueles construídos na prática, os quais Chartier (2000) nomeia de saberes ordinários. Para tanto, neste estudo, consideramos o tempo de experiência no magistério, o grau de escolaridade e a participação em cursos de formação continuada voltados à alfabetização nos últimos 15 anos como constituintes dos saberes-fazeres dos professores alfabetizadores das turmas de 1º ano do Estado de Alagoas, tomando por base as respostas dos 144 sujeitos que compõem este *corpus* de análise. No Gráfico 1 observamos a participação em cursos voltados à alfabetização:

Gráfico 1 – Participação em formação continuada



Fonte: Dados da Pesquisa Alfabetização em Rede, corpus de Alagoas.

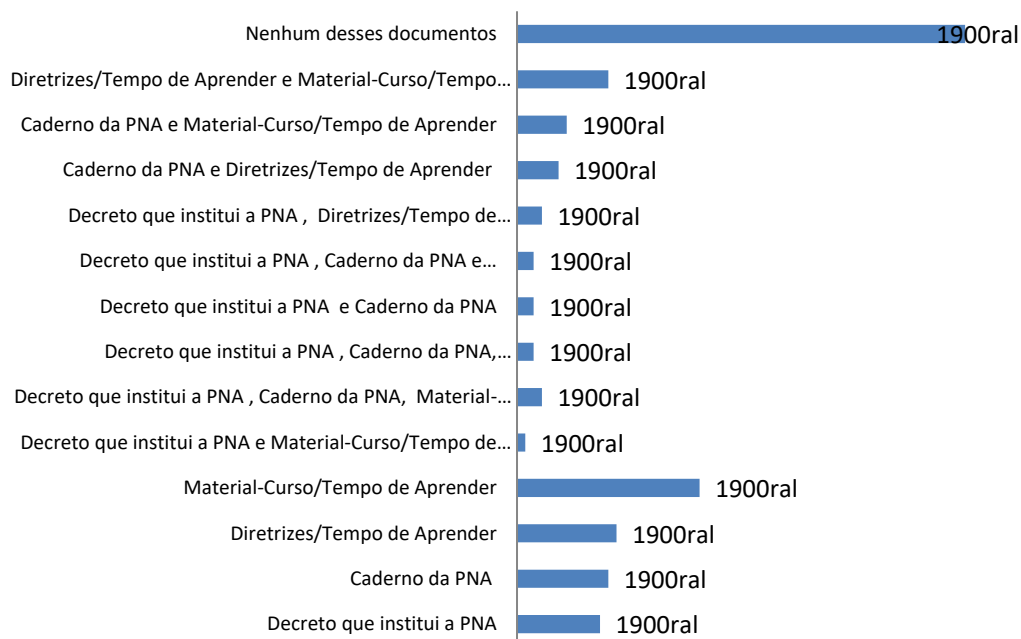
Os dados do gráfico revelam que, do total de 144 respondentes, 135 (93,75%) professores participaram de pelo menos um dos cursos/programas de formação continuada ofertados nos últimos 15 anos.

Como o Pnaic foi o programa mais recente, importa ressaltar que 123 (85,4%) professores participaram, o que reforça a hipótese de que a maioria deles tiveram acesso às discussões teóricas acerca do letramento e da alfabetização na perspectiva do letramento.

Embora a PNA afirme propor a adesão voluntária dos municípios, 70 professores disseram ter havido alguma discussão na(s) escola(s)/rede(s) que atuam. Desse modo, os

dados revelaram que, do *corpus* em análise, 90 professores afirmaram conhecer a PNA do atual governo, perfazendo, portanto, o percentual de 62,5%. Quando inqueridos sobre o que conheciam da PNA, os professores apontaram os documentos/diretrizes que tiveram acesso, de acordo com o Gráfico 2:

Gráfico 2 – Documentos sobre a PNA que os alfabetizadores conhecem



Fonte: Dados da Pesquisa Alfabetização em Rede, corpus de Alagoas.

Dos participantes da amostra, 69 apontaram conhecer as diretrizes e/ou o material do curso Tempo de Aprender; os demais, apenas o Caderno da PNA (11 professores) ou o Decreto que a institui (10 professores). Quando questionados sobre a participação no curso Tempo de Aprender, 64 professores revelaram estar cursando/ terem cursado. Dessa maneira, entende-se que, do total absoluto de participantes desta amostra (64 de 144), tem-se o percentual de 44,44% de participação no Curso Tempo de Aprender. Porém, se consideramos o total relativo (64 de 90), com vistas apenas para os professores que afirmam conhecer a PNA, esse percentual sobe para 71,11%.

Na sequência, questionou-se aos professores que afirmaram participação no curso Tempo de Aprender, como o avaliavam, julgando se atendia as necessidades formativas (Atende às minhas necessidades formativas e contribui com meu trabalho docente / Não atende às minhas necessidades e não contribui com o meu trabalho docente). Embora com proposta divergente dos cursos anteriores dos quais participaram, os professores avaliaram

de maneira positiva, visto que 62 (96,9%) apontaram que a proposta do curso Tempo de Aprender atende às necessidades formativas e contribui no trabalho docente em alfabetização. Apenas 2 (3,1%) professores avaliaram que o curso Tempo de Aprender não atende às suas necessidades formativas, tampouco contribui com o trabalho docente que desenvolve nas turmas de alfabetização.

Ao inquirir-se os 90 professores, que atestaram conhecer a PNA, sobre se concordavam com o trabalho preparatório para a alfabetização nos moldes apresentados na política em questão, os percentuais foram semelhantes àqueles da avaliação do Curso Tempo de Aprender: 85 (94,44%) professores concordam e os outros 5 (5,56%) professores disseram não concordar com o trabalho alfabetizador proposto na/pela política.

6 Uma Tentativa (provisória) de Finalizar

Em diálogo com os que deram embasamento teórico para fazermos as aproximações e distanciamento entre as categorias emergentes, tecemos nesta esteira discursiva algumas conclusões/considerações, provisórias:

- I) Reconhecemos a PNA como uma política de direita que desconsidera os estudos sobre letramento, e por extensão, furta a alfabetização com base na justiça social;
- II) Consideramos que os professores do *corpus* analisado possuem saberes-fazer teóricos e práticos construídos em mais de uma década de magistério e nas formações inicial e continuadas, promovidas pelos governos anteriores (Profa, Pró-Letramento e Pnaic);
- III) Concluimos que, embora os professores alagoanos que atuam em turmas de 1º ano do ensino fundamental sejam experientes e tenham tido contato com a teoria do letramento e da alfabetização na perspectiva do alfalettrar proposta no Profa, no Pró-Letramento e no Pnaic, concordam com o trabalho preparatório para a alfabetização nos moldes apresentados na/pela PNA, recebendo-a de maneira positiva.

Referências

BALL, S. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, 2001, p. 99-116.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Decreto 9.765**. Brasília: MEC, SEALF, 2019b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Portaria nº 280**. Brasília: MEC, SEALF, 2019c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências**. Brasília: MEC, SEALF, 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Portaria nº 421**. Brasília: MEC, SEALF, 2020b.

CHARTIER, Anne-Marie. Saberes ordinários de classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 26, n. 2, p. 157-168, 2000.

EM REDE, A. (2020). ALFABETIZAÇÃO EM REDE: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ENSINO REMOTO DA ALFABETIZAÇÃO NA PANDEMIA COVID-19 - RELATÓRIO TÉCNICO (PARCIAL). **Revista Brasileira De Alfabetização**, (13), 185-201. <https://doi.org/10.47249/rba.v%13.465>

GATTI, B. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GONTIJO, C. M. M.; ANTUNES, J. S. C. Diálogos com o Plano Nacional de Alfabetização (2019): contrapalavras. In: **Revista Brasileira de Alfabetização** [Recurso eletrônico]/Associação Brasileira de Alfabetização. V. 1, n. 10 (jul./dez. 2019) – Belo Horizonte: ABAIf, 2019 – Edição Especial, p. 32-38.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos chaves**. – São Paulo: Contexto, 2005, p. 167-176.

MORTATTI, M. R. L. Brasil, 2091: notas sobre a “política nacional de alfabetização”. **Revista OLHARES**, v. 7, n. 3 – Guarulhos, 2019, p. 17-51.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013